

POLÍTICA

Após vitória no IMI, UGT desafia comércio a subir salário mínimo

Patrões e sindicatos posicionam-se para o debate na concertação social, que será retomado amanhã, já depois do apelo de Marcelo Rebelo de Sousa para um entendimento de médio prazo

Concertação
Raquel Martins

Os parceiros sociais voltam esta semana à concertação social com dois pontos novos na agenda: o apelo do Presidente da República para que patrões, sindicatos e Governo procurem um acordo de médio prazo mais amplo e a alteração ao Orçamento do Estado para 2017 que isenta os imóveis destinados ao comércio e serviços do “Adicional ao IMI”. O primeiro torna a tentativa de um acordo praticamente obrigatória – mesmo que no final se revele impossível. O segundo deixa a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) liberta de constrangimentos para voltar a ocupar o seu lugar na concertação social.

É neste enquadramento que o debate sobre o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) no próximo ano voltará a ser colocado em cima da mesa. Um assunto em relação ao qual não há, para já, qualquer vislumbre de entendimento, até porque o acordo assinado entre o PS e o BE não tem espaço para encaixar as pretensões dos patrões, que recusam a subida do SMN dos actuais 530 para os 557 euros no próximo ano.

Carlos Silva, secretário-geral da UGT, aguarda a reunião com expectativa para conhecer as propostas dos patrões, em particular as do comércio e serviços. Depois de a CCP ver a sua reivindicação atendida no IMI, Carlos Silva considera que a confederação “não tem condições para manter a bitola do salário mínimo nos 540 euros”.

“Tem de ir mais longe”, desafia. “Houve aqui uma boa decisão e esperamos que a CCP saia do seu ninho de conforto e venha dar respostas aos trabalhadores e aos sindicatos”, acrescenta. Do lado da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Carlos Silva acredita já haver algumas bases de entendimento que podem ser exploradas e fala num ponto de partida de 550 euros.

João Vieira Lopes, presidente da CCP reconhece que “a questão do

“Adicional ao IMI” dificultava a participação da CCP nas negociações.”

Com esse entrave ultrapassado, nem tudo será um mar de rosas. Para começar Vieira Lopes lembra que o acordo para o aumento do SMN em 2016, assinado em Janeiro, tinha variáveis muito concretas quanto à evolução da remuneração mínima nos anos seguintes. Nas contas da CCP essas variáveis não permitem ir além dos 540 euros no próximo ano. “Estamos abertos a negociar valores diferentes, se o Governo nos fizer contrapropostas que compensem e equilibrem a situação”, destaca, lembrando que o executivo “não apresentou nenhuma posição, nem nenhum valor” para o salário mínimo.

“

Houve aqui uma boa decisão [em matéria de Adicional ao IMI] e esperamos que a CCP saia do seu ninho de conforto e venha dar respostas aos trabalhadores e aos sindicatos

Carlos Silva
Líder da UGT



Também para a CIP qualquer discussão em torno do SMN tem de ter como ponto de partida o acordo assinado em Janeiro, onde o Governo se compromete a avaliar a evolução do SMN “em função de três indicadores objectivos – inflação, crescimento e produtividade – e um subjectivo, as necessidades dos trabalhadores”.

“Se o Governo estiver na posição de honrar o compromisso chegará à conclusão de que o valor para o salário mínimo serão os 540 euros, embora admitamos evoluir um pouco mais, em função do indicador subjectivo”, destaca o presidente da CIP, António Saraiva.

Contudo, lamenta o dirigente patronal, “o Governo parece querer ignorar este acordo”, para “fazer valer o acordo político do PS com o BE”. Nessas condições, não há qualquer margem para um acordo que inclua apenas o SMN.

CIP e UGT querem acordo

É aqui que entra o apelo de Marcelo Rebelo de Sousa que, na semana passada, desafiou os parceiros sociais a procurarem aquilo que os une, de modo a chegarem a um acordo global com validade até 2020.

Tanto a UGT como a CIP respondem com entusiasmo a este repto e apostam todas as fichas num acordo de médio prazo, que inclua, além da evolução do SMN, questões como o crescimento ou o emprego.

“Na impossibilidade de se chegar a acordo apenas em matéria de salário mínimo, queremos partir para a discussão de um acordo com outras matérias e onde a evolução do salário mínimo seja definida de forma objectiva”, frisa António Saraiva.

“Acredito que há condições para um acordo na concertação social”, diz por seu turno Carlos Silva. Mas o líder da UGT deixa claro que “em qualquer acordo para 2020, a evolução do SMN terá de ultrapassar os 600 euros”. E não evita uma alfinetada ao Bloco de Esquerda, partido que “até devia sentir-se satisfeito por-

que um acordo permitiria ir além dos 600 euros em 2020”.

A CCP também está disponível para discutir um acordo mais amplo, mas João Vieira Lopes faz questão de ressaltar que “a disponibilidade para assinar dependerá do seu conteúdo”. Para já, diz ao PÚBLICO, “desconhecemos qualquer negociação em curso para um acordo de concertação social ou para o salário mínimo”.

As confederações do Turismo e da Agricultura não vêem com maus olhos um acordo amplo. Mas João Machado, representante dos agricultores, não esconde que o acordo entre o PS e o BE dificulta o processo. Esta não é, de resto, uma observação original. No final das reuniões com o Presidente da República, a UGT desafiou o Governo a rever o acordo político com Catarina Martins e a CIP fez questão de dizer que, embora legítimo, o acordo político não tem o mesmo valor do que um acordo assinado na concertação social.

Nesta equação, a outra confederação sindical fica de fora. É que a CGTP pede 600 euros já para o próximo ano, algo que está, à partida, fora de questão. Ainda assim, Arménio Carlos tem mostrado disponibilidade para “conversas”, algo que deixou bem claro no final do encontro com Marcelo Rebelo de Sousa.

Do lado do Governo, o objectivo é fechar primeiro o Orçamento do Estado para 2017 (a votação final está marcada para 29 de Novembro) e só depois avançar para as discussões mais profundas de um eventual acordo. Em finais de Setembro, o ministro do Trabalho, José Vieira da Silva, lançou o repto às confederações patronais e sindicais para assinarem um acordo que, além do SMN, tenha associados aspectos como a contratação colectiva ou o combate à precariedade. Caso isso se revele impossível, deixou no ar mais duas hipóteses: ou os parceiros acordam apenas o aumento do SMN para 2017 – tal como aconteceu em 2016 – ou então o Governo toma a decisão sem qualquer acordo.

raquel.martins@publico.pt



O acordo assinado entre PS e BE, em matéria de salário mínimo, não encaixa as pretensões dos patrões

NELSON GARRIDO



600

Valor, em euros, que o salário mínimo nacional atingirá no final da legislatura, em 2019, de acordo com o Programa do Governo de António Costa

84

As actas de reuniões da concertação social, realizadas entre 2009 e 2015, que foram analisadas pelo Observatório sobre Crises e Alternativas

Concertação social marcada por “atropelos” ao diálogo e condicionada por Bruxelas

Raquel Martins

Nos últimos sete anos, a concertação social ficou marcada por vários “atropelos” ao diálogo social, pela ausência de estudos sobre os impactos das propostas em discussão, por debates “superficiais e inconclusivos”, pela imposição de uma agenda centrada na legislação laboral e por um ritmo acelerado com o objectivo de produzir acordos para serem exibidos às instituições europeias. Estas são algumas das “entorses” identificadas pelo Observatório sobre Crises e Alternativas, depois de ter analisado as actas das 84 reuniões da Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS), realizadas de 2009 a 2015.

O resultado deste trabalho é um caderno sobre “A actividade da CPCS de 2009 a 2015 – ecos das políticas europeias, assinado por quatro investigadores (entre eles Carvalho da Silva, ex-dirigente da CGTP e coordenador do Observatório), que será apresentado hoje, em Lisboa.

Os autores notam que, durante

o período da crise, o diálogo social esteve fortemente condicionado pela agenda da União Europeia (UE) e houve um reforço da governamentalização da CPCS. Isso é visível quando se analisam os temas abordados, destacando o “peso esmagador que as políticas e as orientações de acção definidas pelas instituições da UE tiveram na agenda da CPCS – 70% dos tópicos discutidos entre Março de 2010 e Dezembro de 2015”.

Os problemas já vêm de trás, mas acentuaram-se. “A governamentalização da CPCS não só não se dissipou, como se reforçou no período em análise”, o que contribuiu para que se transformasse “num órgão meramente legitimador das opções políticas do Governo”. Como resultado, concluem os autores, a

CPCS “acabou por sancionar um vasto conjunto de medidas políticas” com resultados diferentes dos esperados.

Pela leitura das actas, ficam a conhecer-se alguns episódios classificados como “atropelos” ao diálogo social. Um deles tem a ver com o aumento do salário mínimo em 2014, um “caso flagrante de substituição do espaço de diálogo tripartido por reuniões bilaterais”, com a CGTP a ser informada, por telefone, uma hora antes da assinatura do acordo.

Carvalho da Silva, Hermes Costa, Casimiro Ferreira e João Ramos de Almeida sublinham que a concertação “não perdeu relevância” e deixam pistas para que ela possa “assumir o papel que lhe compete”. Para combater a “excessiva governamentalização” da agenda da CPCS, os investigadores recomendam que o Governo dinamize “o diálogo e a negociação” e envie “atempadamente” aos parceiros as propostas e para impedir a subordinação à agenda da UE, pedem uma acção proactiva na definição de estratégias.



Carvalho da Silva é um dos investigadores que assina o estudo sobre a actividade da concertação

Salário mínimo entalado entre dois acordos

Na posição conjunta assinada entre o PS e o BE, em Novembro do ano passado, os dois partidos assumiram o compromisso de colocar o salário mínimo nacional nos 600 euros até ao final da legislatura, “com aumentos de 5% nos dois primeiros anos”.

O objectivo foi depois transposto para o programa do executivo de António Costa. “O Governo proporá em sede de concertação social uma trajectória de aumento do SMN que permita atingir os 600 euros em 2019: 530 euros em 2016, 557 euros em 2017, 580 euros em 2018 e 600 euros em 2019”, refere o documento.

À luz do acordo, em 2016, a remuneração mínima subiu de 505 para 530 euros. E, em 2017, deveria chegar aos 557 euros. O problema é que, em Janeiro, já depois de ter decidido aumentar o SMN para 530 euros, o

Governo assinou um acordo com as quatro confederações patronais e com a UGT onde se comprometia a avaliar trimestralmente os impactos do aumento na economia e na criação de emprego e a discutir a evolução da remuneração mínima com base em indicadores concretos.

O compromisso era “iniciar a discussão de um programa de actualização de médio prazo do SMN, observado os critérios previstos na Constituição da República Portuguesa e no Código do Trabalho, nomeadamente a evolução da produtividade, a competitividade, a inflação, as necessidades dos trabalhadores e a situação do emprego”.

Os patrões argumentam que a evolução da economia, da inflação e da produtividade apontam para um aumento do salário mínimo de 530

para 540 euros, longe do aumento de 27 euros previstos no acordo com o BE e no programa do Governo.

Embora o Governo não tenha ainda apresentado qualquer valor aos parceiros sociais, o primeiro-ministro garantiu, este sábado, que “o programa de Governo será cumprido na actualização do salário mínimo”. António Costa reagiu a uma notícia do Expresso que dava conta de que as metas para o SMN acordadas entre o PS e o BE poderiam cair, para assegurar um acordo de médio prazo na concertação social.

Já na semana passada, o BE tinha alertado que “o acordo [assinado com o BE] é o patamar mínimo” e lançou um cartaz para as ruas onde destaca que o salário mínimo deve ser de 557 euros no próximo ano, “nada menos”. **R.M.**